

A MULHER ESTÁ SE AFASTANDO DA PESCA? CONTINUIDADE E MUDANÇA NO PAPEL DA MULHER NA MANUTENÇÃO DOMÉSTICA ENTRE FAMÍLIAS DE PESCADORES NO LITORAL DO PARÁ

Maria Cristina Maneschy¹

RESUMO - A despeito do predomínio de um padrão bem marcado de divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras do litoral do Pará, segundo o qual pesca é trabalho de homem, as mulheres desempenharam e ainda desempenham papéis importantes, quer no próprio processo produtivo da pesca, quer na manutenção doméstica das famílias de pescadores. Este artigo analisa alguns desses papéis, considerando a influência de um conjunto de transformações que têm marcado a pesca no estuário amazônico, notadamente nos últimos trinta anos. Inovações nas técnicas de captura e de conservação do pescado, facilidades de transportes, assim como a presença constante de comerciantes nos portos pesqueiros, reduziram o leque de tarefas prè e pós captura e, em conseqüência, alteraram o tipo de participação de homens e mulheres na pesca. Em comunidades rurais, constata-se que a mulher se afastou das tarefas diretamente ligadas à atividade pesqueira, sem que isso implicasse em novas oportunidades de trabalho para elas. Levantamentos em Belém (Pará), com famílias migrantes provenientes de zonas pesqueiras, mostram que as necessidades de sobrevivência têm levado mulheres e filhas de pescadores a procurar ingressar no mercado de trabalho. Quando o fazem, trata-se em geral de ocupações sazonais e com baixa remuneração, dentro ou fora do setor pesqueiro.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca artesanal, Mulher, Trabalho feminino, Litoral do Pará.

¹ Universidade Federal do Pará. Depto. de Sociologia. Professora e Pesquisadora. Membro do Projeto RENAS-Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, subvencionado com recursos do CRDI-Canadá.

ABSTRACT - Despite the prevailing sexual division of labour in fishing communities of Pará State littoral (northern Brazil), according to which fishing is men's work, women play and have played some important roles in production and in domestic management, which are not always divorced from direct participation in the fishery. This work analyses some of these roles, taking into account changing processes that have affected small scale fisheries in that region. Innovations in capture and storage techniques, transport facilities and the fact that middlemen became more frequent in fishing ports, reduced pre and postcapture activities, so modifying the tasks performed by men and women in the fisheries. In rural communities, women have withdrawn from shore, but no wage opportunities have arisen to them. In Belém (Pará), data obtained with migrants from fishing zones, show that fishermen's wives and daughters need to work to help maintaining their families. Usually they find seasonal and low paid occupations, in the fishing sector or out of it.

KEY-WORDS: Artisanal fishing, Women, Women employment, Pará State littoral (Brazil).

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho pressupõe uma outra questão: a mulher esteve ou está presente na pesca, uma atividade tida como tradicionalmente masculina? Com efeito, como mostram estudiosos das sociedades haliêuticas, como Maldonado (1986) no Brasil e Geistdoerfer (1987) no Atlântico Norte, as pescarias mais longas, no mar, constituem geralmente uma atividade masculina, cabendo às mulheres as atividades em terra. Quando elas se relacionam diretamente com o meio aquático, fazem-no mais freqüentemente nos limites do "mar raso" (segundo a terminologia de Maldonado), que compreende aquelas áreas próximas à terra, tais como rios, lagos, manguezais e praias, lançando mão de instrumentos não mecanizados, mas cujo uso não prescinde de um conjunto de conhecimentos acerca do meio ambiente, das espécies procuradas e das técnicas.

O interesse deste estudo é precisamente desvendar o "lado feminino" dessa atividade, ao analisar a presença das mulheres na pesca, direta ou indiretamente, bem como seu papel no seio das famílias, tomando o caso de localidades pesqueiras no litoral do Pará. Objetiva-se contribuir para o conhecimento da história social dessas populações, tal como é vivida e percebida pelas mulheres e expressa em sua memória.

Cabe notar que me ocupo aqui especialmente dos aspectos técnicos e econômicos que permitam compreender a presença feminina na pesca e suas modificações. Explicações de ordem simbólica para a divisão das atividades e espaços marinhos entre homens e mulheres foram analisadas por Maués (1993, 1994), no povoado de Itapuá, Estado do Pará e por Alencar (1991), na comunidade de Lençóis, no Maranhão.

UMA ANÁLISE NECESSÁRIA: A MULHER NA PESCA

A partir de uma revisão das pesquisas efetuadas sobre as comunidades de pescadores desta região, no campo das ciências sociais, notadamente Silveira (1979), Maués & Maués (1979), Furtado (1987, 1990), Loureiro (1985), Mello (1985) e Maneschy (1993), constatou-se a necessidade de prosseguirem os estudos, porém acentuando as estratégias particulares de produção dos pequenos produtores de pesca - pescadores artesanais e "tiradores" de caranguejos - no plano técnico e social, tendo-se em conta sua posição desfavorável na estrutura social e econômica da região. Trata-se de examinar, não só a organização do processo de pesca, mas também, detidamente, as estratégias de sobrevivência dos pescadores em terra, o que implica no exame da divisão familiar do trabalho no seio das comunidades, desvendando-se o papel exercido pelas mulheres na pesca e na manutenção doméstica. Tal dimensão foi muito pouco explorada até o presente momento no Estado do Pará, destacando-se os trabalhos de Maués (1993, 1994), Maneschy (1994) e Furtado (1990).

Este trabalho vem somar-se, pois, a um conjunto de estudos que, no Brasil e no exterior, buscam compreender os impactos de transformações econômico-sociais e ambientais, sobre a mulher na pesca. (Geistdoerfer 1987; Niewenhuis 1989; Furth 1984; Figueiredo 1979; Wesley 1995; Oliveira 1995; Woortman 1992; Alencar 1991, 1993). Rompendo a tradição de se considerar tais impactos principalmente do ponto de vista do trabalho dos homens pescadores, esses estudos acentuam o lado silencioso da história, analisando por exemplo, situações em que a predação marinha leva à diminuição da pesca, de modo que o trabalho remunerado da mulher passa a assumir caráter essencial no sustento das famílias (Wesley 1995). Ou, por outro lado, evidenciam que as atividades exercidas por mulheres e crianças, longe de serem marginais, têm uma funcionalidade para a organização da produção pesqueira

artesanal, notadamente no que diz respeito a sua capacidade de reduzir custos quando diminuem as capturas ou os preços do pescado. É o que mostra Niewenhuis (1989), tratando de comunidades do sudeste da Índia, para quem a divisão do trabalho na casa do pescador permite manter um reservatório de energia humana barata, o que confere à pesca artesanal uma vantagem fenomenal em relação a métodos que repousam sobre capital intensivo, como os utilizados pela frota industrial. Essa autora enfatiza: “o ato da pesca masculina é apoiado em relações sociais, das quais a divisão de tarefas e responsabilidades no seio da família é a mais crucial.” (Niewenhuis 1989:175).

Woortman (1992) chama a atenção para o fato de que estudos sobre comunidades pesqueiras tendem a privilegiar os agentes e atividades ligados diretamente à pesca, aceitando de maneira acrítica o modelo ideal de divisão sexual do trabalho nessas comunidades. Segundo esse modelo a pesca comercial, na qual predominam os homens, constitui a esfera de atividades mais importantes do grupo. Nesse sentido, pode-se estar contribuindo para reforçar a “invisibilidade” da mulher, não conferindo a devida importância ao conjunto de tarefas que ela assume, igualmente essenciais na reprodução das famílias. Veja-se, por exemplo, as “marisqueiras” do Nordeste do Brasil (Oliveira 1995), que coletam mariscos nas praias e beiras de mangues para vender e, assim, contribuir significativamente no sustento familiar. Woortman (1992) refere-se, também, ao caso daqueles grupos ditos “de pescadores”, nos quais a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida como tal, como mostrou Maués (1993), em seu estudo sobre o povoado de Itapuá. Um aspecto essencial a considerar, destaca Alencar (1993), é a fragmentação do tempo das mulheres, marcado por uma superposição de atividades, domésticas e extra-domésticas, enquanto que o homem possui “um tempo unicentrado para a realização de uma única atividade, ou duas no máximo, a pesca e a agricultura” (Alencar 1993:78). Esse fator impede também o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher, notadamente quando se trata da atividade pesqueira, onde sua atuação é vista como incomum quando, na verdade, pode constituir estratégia de sobrevivência do grupo familiar.

Captar essa dimensão parece fundamental, mas não apenas para cobrir uma lacuna no conhecimento sóciológico sobre os povos das águas, propiciando explicações mais abrangentes sobre seu modo de vida e os dilemas que

enfrentam. Isso é essencial, também, no sentido de fornecer subsídios para que as políticas de fomento à pesca nesta região, considerem o papel das mulheres, tanto as pescadoras quanto as não pescadoras e seus filhos. Questões como formação profissional, infra-estrutura de armazenagem e processamento, comercialização, direitos sociais, acesso aos recursos naturais, pesca predatória, não lhes são estranhas. Merece destaque o fato novo de que algumas colônias de pescadores no Estado são dirigidas por mulheres, como nos municípios de Colares e Santa Cruz do Arari. Ademais, é significativo constatar a preocupação crescente nos movimentos sociais de pescadores no Brasil, com o conhecimento e a valorização do papel da mulher na pesca (MONAPE 1994). Essa tendência ocorre também a nível internacional (Nayak & Quist 1994).

MULHER E PESCA NO LITORAL DO PARÁ

Em seu livro “A pesca na Amazônia”, editado pela primeira vez em 1895, Veríssimo menciona a presença de mulheres e crianças como membros de uma tripulação dedicada à captura de espécies de grande interesse comercial no estuário amazônico. Infelizmente o autor não fornece outros elementos que permitam generalizar esse fato para a época (Maneschky 1994).

No presente, sabe-se que as tripulações de pesca costeira e marítima dessa área são formadas essencialmente por homens. Porém, tomando-se produção pesqueira em sentido amplo, o que envolve também o preparo e a conservação dos instrumentos, bem como o processamento dos peixes, já não se pode falar de uma total ausência da mulher. Ademais, há casos de participação de mulheres em pescas próximo à terra, com emprego de armadilhas fixas ou móveis (Vianna 1994; Maneschky 1993). Já Maués (1994) mostrou que na vila de Itapuá, município de Vígia, em que a população vive basicamente de pesca e roça, o padrão de divisão sexual do trabalho exclui totalmente a mulher do domínio da pesca, traduzindo-se no plano simbólico por uma série de interditos e de mecanismos de controle sobre elas. Isso é bastante interessante, pois alude à riqueza de formas de presença feminina nesse setor. Há, pois, uma variedade de situações particulares, que dificultam generalizações, como alerta Alencar (1993), e que justificam portanto novas etnografias.

Visando contribuir nessa direção, este artigo apresenta dados empíricos, frutos de observações em portos pesqueiros do litoral do Pará, dados que sugerem certas tendências de transformação no papel da mulher na pesca.

Com efeito, verifica-se que com as importantes inovações tecnológicas que têm caracterizado a atividade pesqueira nas últimas décadas, tarefas que antes reclamavam o concurso dos diferentes membros das famílias têm sido suprimidas. Todavia, se por um lado a modernização dos equipamentos tornou o trabalho na pesca menos pesado, por outro lado as necessidades de sobrevivência das famílias de pescadores, agora mais dependentes do mercado, continuam a exigir o trabalho das mulheres, assim como das crianças e dos idosos em condições de trabalhar. Tendo em vista que o poder de compra dessa população é reduzido, a produção direta para o consumo (coleta de mariscos, fabrico de carvão, criações domésticas, roça...) reveste-se ainda hoje de grande importância. Quando possível, as mulheres estão também procurando oportunidades de complementar a renda familiar, por conta própria ou empregadas, na pesca como fora dela, vivenciando por vezes situações tensas com o cônjuge.

INOVAÇÕES E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Em estudo sobre as “trabalhadoras do mar” em ilhas do Quebec, Geistdoerfer (1987) analisou a evolução das funções das mulheres na produção haliêutica. Referindo-se ao período anterior a 1950, a autora assim as descreveu:

“Fora as atividades domésticas as ‘mulheres’ dos pescadores, ajudadas pelas crianças e pelos ‘anciãos’, cujo papel não deve ser ignorado, passavam várias horas cada dia durante a safra da pesca a salgar e secar o peixe; de seu trabalho e habilidade vai depender a qualidade do produto a ser vendido.” (Geistdoerfer 1987:253).

Em outra passagem a autora mostra que:

“As mulheres deviam cooperar com seus pais, irmãos ou maridos e consertar rapidamente, na safra de pesca, as redes deterioradas que, feitas em algodão, rasgavam-se freqüentemente. (...) Como grande parte dos trabalhos era assegurada por ‘suas’ mulheres, os pescadores consagravam seu tempo na pesca do bacalhau, de modo a obter ‘uma boa maré’...”. (Geistdoerfer 1987:253).

Com a redução progressiva do mercado para o pescado seco-salgado e o aumento da produção de peixe congelado, após a Segunda Guerra, transformou-se a organização técnica do trabalho, tendo por conseqüência “o deslocamento da estrutura técnica familiar e o desaparecimento quase completo do trabalho direto das mulheres da produção haliêutica” (Geistdoerfer 1987:258).

A despeito de profundas diferenças nos níveis de vida, de consumo e no grau de urbanização, pode-se encontrar similitudes no que concerne às modificações das funções da mulher na pesca, entre as comunidades de pescadores estudadas pela autora acima e comunidades do litoral do Estado do Pará, sobre as quais se dispõe de dados.

Em Ajuruteua, povoado pesqueiro na costa do município de Bragança, a pesca no mar e nos rios ocupa a maior parte dos homens (Maneschy 1994). Eles empregam principalmente canoas a vela, em pescarias com rede ou linha, cuja duração em geral não ultrapassa uma “maré” (de 6 a 8 horas). Ocasionalmente mulheres tecem redes, tanto para seus familiares como em resposta a encomendas de fora, sendo que neste último caso trata-se de um trabalho pago por braça tecida. Encontram-se, também, aquelas que ajudam seu companheiro na “despesca” do “curral”. Observa-se, de fato, que hoje em dia as mulheres do povoado ocupam-se principalmente das tarefas de casa, desde o cuidado com as crianças (o número de filhos é de 5 ou mais), com a casa e as criações domésticas, a coleta de água em poços, a fabricação do carvão, a cozinha, o preparo do café que os pescadores levam a bordo e do peixe que eles trazem para casa, etc.

Investigando a organização do trabalho em Ajuruteua numa perspectiva diacrônica, foi possível perceber modificações em função das transformações técnicas, econômicas e sociais em curso no contexto regional. Foi o que ocorreu na década de 1960 com o uso do náilon, substituindo o fio de algodão na confecção de redes e linhas, cuja manutenção era laboriosa². O poliestireno, por sua vez, ocupou o lugar das antigas bóias de cuia, preparadas artesanalmente³. Posteriormente, foi introduzido o gelo para conservar os peixes. Com a expansão da malha rodoviária, “marreteiros” (intermediários) passaram a freqüentar diariamente o povoado, adquirindo o pescado tão logo as canoas aportam, para transportá-lo até o centro urbano mais próximo, onde revendem aos intermediários locais.

² Era necessário tingir os fios e, a cada dia, colocar os trastes (instrumentos) de pesca para secar ao sol. Os próprios habitantes fabricavam a tintura, usando casca da árvore “tinteira” (*Laguncularia racemosa*), típica dos manguezais da área.

³ Furtado & Nascimento (1982), em estudo sobre um outro povoado do litoral do Pará, descrevem com detalhes a confecção das bóias.

Os habitantes são unânimes em considerar que, até então, quando eles tinham que “tratar peixe”, seu trabalho era intenso. O beneficiamento do pescado era feito em terra, com a cooperação de toda a família, envolvendo diversas etapas desde a lavagem e a evisceração, até a arrumação dos lotes e seu transporte. Como explicou uma professora aposentada da comunidade:

“Naquela época foi sacrificoso, pros homens, prás mulheres também. Eu tantas vezes tratei peixe até uma hora da madrugada, sem poder nem jantar, com muito peixe pra tratar, retalhando peixe, tirando esporão, era muito sacrificoso”.

Com as inovações citadas acima, refluíu esse conjunto de tarefas anexas às pescarias, inclusive a confecção e a conservação rotineira dos instrumentos de pesca. E, nesse sentido, diminuiu a participação das mulheres nas lides de pesca.

No entanto, esse relativo afastamento da mulher do domínio da pesca, exprime também um aspecto contraditório do desenvolvimento regional, em suas repercussões sobre as populações pesqueiras. As mudanças na área (novas tecnologias, rodovias, expansão turística, pesca industrial etc.), não representaram outras oportunidades de trabalho e de renda para essas mulheres, precisamente quando o exercício da pesca passou a exigir maior disponibilidade de dinheiro por parte dos pescadores.

Por um lado, tal como ocorreu para outras praias do Pará (Furtado 1987), a ligação rodoviária tornou a área de Ajuruteua objeto de expansão turística, o que poderia em parte trazer novas alternativas de renda para uma população mais e mais dependente do mercado para a aquisição de seus meios de trabalho e para satisfazer suas novas necessidades de consumo. Nos meses de julho ou nos feriados prolongados, a vila fica repleta de veranistas, especialmente da capital. As oportunidades que surgem são pequenas vendas (tabernas, barracas na praia com frutas, peixe frito etc.) e hospedagem de veranistas nas casas dos pescadores. A especulação imobiliária também se faz presente, com a maior procura por aquisição de terrenos na área. Os habitantes aproveitam essas ocasiões para estreitar relações com pessoas de fora, que constituem por vezes um meio de enviar as crianças para a cidade, notadamente as meninas para trabalharem como domésticas, na expectativa de que assim poderão prosseguir os estudos. Compreende-se, pois, que o fluxo turístico não produz mudanças estruturais na organização produtiva local. As “novas” atividades que suscita são temporárias e dependentes, no essencial, da presença dos veranistas.

Por outro lado, a crescente comercialização dos produtos da pesca teve como conseqüência o aumento do número de pescadores. Com efeito, como analisou primeiramente Furtado (1987), a decadência da agricultura familiar no nordeste paraense, aliada à maior demanda por pescado, atraiu numerosas famílias camponesas para povoados da costa, passando a viver exclusivamente da pesca. Esse movimento, paralelamente ao início da operação da frota industrial na área, em 1968, provocou uma acentuada concorrência sobre os recursos pesqueiros, impondo aos pescadores artesanais a modernização dos equipamentos (motorização dos barcos, introdução de urnas para gelo, uso de redes mais extensas). Dadas as restrições das políticas de extensão e de crédito subsidiado para a pesca, a grande maioria dos pescadores permaneceu atuando em pequena escala e, por isso, vivendo dificilmente dos frutos de seu trabalho. Ou, então, inserindo-se em tripulações pertencentes a armadores, muitos deles antigos intermediários que passaram a investir diretamente na produção. Cabe notar que as poucas empresas de pesca instaladas no Estado concentram-se na região metropolitana de Belém, com baixo potencial de absorção de mão-de-obra. Elas oferecem oportunidades de trabalho assalariado para pescadores, nos barcos, e para mulheres, que atuam em terra, no beneficiamento de peixes e camarões, destinados ao mercado externo.

Apesar de não possuímos dados sobre o conjunto das comunidades pesqueiras litorâneas, os processos de mudança observados em Ajuruteua podem ser tomados como representativos das demais comunidades da área, que partilham a mesma posição social e econômica, isto é, que sobrevivem basicamente da pesca, sem dispor de outras alternativas produtivas e, portanto, sujeitas às mesmas exigências de modernização tecnológica e de aumento da produtividade e, ainda, enfrentando maior concorrência na exploração dos recursos do mar. Com a supressão das tarefas anteriores e posteriores à captura, a família foi deixando de ser uma unidade técnica de produção. Todavia, a “liberação” do tempo das mulheres não se converteu, para elas, em tempo livre que pudesse ser aproveitado em lazer, ou atividades culturais e, muito menos, em oportunidades de trabalho propiciadoras de condições superiores de vida e bem-estar. A necessidade de sobrevivência das famílias continua levando os meninos a deixarem cedo a escola e a ingressarem em tripulações de pesca, a despeito de um número muito maior de escolas atualmente na zona rural, em comparação à geração de seus pais.

E, no entanto, a mulher está à procura de tais oportunidades, buscando alternativas de renda, que são de fato muito restritas.

É o que pude perceber em estudo enfocando a organização social da produção pesqueira na “cidade”⁴ de São Caetano de Odivelas e no povoado vizinho de Cachoeira, no litoral paraense (Maneschy 1993). Em ambas, a pesca costeira e a captura de caranguejos nos manguezais constituem as principais fontes de renda da população. No setor pesqueiro figuram ainda as tarefas anexas, como o carregamento e descarregamento dos barcos no porto, das quais participam meninos, homens idosos ou pescadores que se encontrem sem trabalho. Quando há excesso de pescado de categoria inferior, certos marreteiros pagam pessoas para salgá-los, de modo a vendê-los no interior do município.

As mulheres, de uma maneira geral, ocupam-se das tarefas domésticas, tal como visto em Ajuruteua, conformando-se ao “modelo ideal” de divisão do trabalho entre os sexos que vigora nessa e em outras comunidades pesqueiras. Vale assinalar que, como nas demais localidades de pescadores da região, o baixo poder aquisitivo das famílias torna-as dependentes da produção direta de bens de consumo. E, nesse aspecto, as mulheres têm um papel decisivo, ocupando-se das criações e plantações domésticas. Note-se aquelas que, habitando na periferia, fabricam carvão para uso da casa e, também, que seus companheiros levam para cozinhar a bordo. As que vieram do interior podem produzir farinha de mandioca, um dos itens essenciais da alimentação local. Geralmente o fazem em um sistema de parceria com proprietários de terras e de fornos nas vizinhanças da localidade.

Afora o trabalho de professoras nas escolas municipais, para as que têm maior grau de escolaridade, ou de serventes na administração pública, as opções de atividades remuneradas são restritas às pequenas vendas (mercearias em frente da casa, ou por correspondência de cosméticos, roupas etc.), aos serviços individuais, como costura, manicure e os trabalhos domésticos

⁴ O termo cidade refere-se ao fato de que essa localidade é sede de município. Sua população em 1991, era cerca de 6 mil habitantes. Se se toma a acepção corrente do termo - complexo demográfico relativamente denso e cujos habitantes trabalham, em geral, no interior da aglomeração e em atividades não agrícolas - é questionável a aplicabilidade de defini-la como tal, da mesma forma que muitas outras do nordeste paraense, como Curuçá, Marapanim, Colares etc, sedes de seus respectivos municípios.

remunerados, tal como lavagem de roupa e babá. Dado o nível de renda da população, os “salários” para esses trabalhos são obviamente irrisórios, se comparados aos que são pagos na capital para as mesmas atividades. Para obter uma renda extra, as donas de casa que possuem geladeira freqüentemente vendem gelo ou, ainda, suco de fruta congelado, em pequenos sacos plásticos (chamados “chopp”), parecendo sorvete. O produto é vendido em casa ou na rua, por crianças que carregam pequenas caixas de isopor. Crianças vendem também na rua salgadinhos feitos em casa, sobretudo “unhas” de caranguejo e bolo de tapioca. Em períodos de safra da pesca, em que os desembarques são importantes, vê-se meninos e meninas nos portos na hora em que os barcos estão encostando. Muitas vezes recebem algum peixe de parentes ou conhecidos, outras vezes elas mesmas pedem ao responsável do barco alguns peixes, que poderão ou levar diretamente para casa, ou vender a marreteiros do porto, numa prática que é denominada de “fazer arroz”.

De modo geral, como visto acima, as mulheres igualmente não participam da pesca no mar e não se reconhecem como pescadoras. Mas, uma observação mais atenta mostra que elas não estão de todo ausentes desse domínio. Daí a justeza da recomendação de Alencar (1993) quanto à necessidade de o pesquisador prestar atenção para as disparidades entre o discurso dominante da comunidade, que faz uma distinção rígida para as esferas de atividades de um e outro sexo, e o campo das práticas. De um lado, há também as mulheres que tecem redes de pesca de náilon, por encomenda de algum proprietário. Ou, o que parece mais freqüente, dividindo com seu companheiro essa tarefa. Como os preços do náilon são muito elevados, pois se trata de derivado de petróleo, é muito comum os pescadores confeccionarem pouco a pouco as redes, comprando os novelos à medida que os excedentes das pescarias o permitem. Enquanto eles estão fora pescando, suas esposas vão tecendo as panagens, nos intervalos das ocupações de casa. Desse modo, seu trabalho faz parte das estratégias dos pescadores artesanais para terem acesso a meios de trabalho que, de outra forma, não seria possível. A parte final da preparação de uma rede é o “entralhe” (fixação das panagens às cordas de chumbo e de bóia), no qual as mulheres não tomam parte, sendo considerado um trabalho mais pesado, dada a força com que se deve prender os nós. São geralmente os tripulantes da embarcação na qual a rede vai ser utilizada ou, então, os filhos do proprietário, que se ocupam juntos dessa tarefa. As panagens das redes

denominadas “de plástico” são compradas prontas, pois se considera que esse tipo de fio é escorregadio e de manipulação mais difícil, de modo que as malhas tecidas pela indústria são consideradas mais apropriadas.

Além disso, deve-se ainda destacar que, como a pesca absorve muito o tempo dos homens, já que enquanto estão em terra eles estão freqüentemente ocupados com os reparos nas embarcações e no material de pesca, pode ocorrer que suas companheiras se encarreguem de ir à cidade de Belém ou de Vigia (município vizinho), comprar peças de reposição de motores, panagens de rede ou outros itens necessários à pesca.

Por outro lado, as mulheres em São Caetano de Odívelas também relacionam-se diretamente com o meio ambiente aquático, tanto na busca de complementar a alimentação doméstica, como é o caso da coleta de “mexilhão” à beira de mangues na foz dos rios, quanto para auferir alguma renda. Neste último caso, destaca-se a captura de “siri”, nos meses em que esse crustáceo se aproxima daquela costa, na qual a presença feminina é marcante, notadamente no povoado de Cachoeira⁵. Marreteiros fornecem-lhes os paneiros para acondicionar os siris capturados, pagando-lhes por produção. Geralmente elas vão juntas à pesca, em grupos de amigas, ou parentes, acompanhadas ou não de suas crianças, em canoas pertencentes a seus familiares, ou a um comerciante. É interessante notar que, em alguns casos, elas vão contra a vontade do marido. Estariam essas mulheres assim “rompendo bloqueios”, na expressão de Álvares (1994), e, portanto, insurgindo-se contra o modelo tradicional de divisão sexual das tarefas?

As mulheres estão, pois, de diferentes maneiras contribuindo na manutenção das famílias. O que conseguem obter para completar a dieta familiar tem certamente um peso decisivo, sobretudo no caso dos grupos domésticos de mais baixa renda, em que os pescadores não dispõem de meios de produção próprios. Em termos de reconhecimento social, as atividades que elas desempenham não gozam do mesmo status das exercidas pelos homens, pois são concebidas como complementares.

⁵ Essa pesca não é isenta de riscos, quando é feita a pé, sobre bancos de areia ao largo; sendo os fundos irregulares e com baixa declividade, a maré montante pode dar origem a pequenas “ilhas”, envolvidas por perigosas correntes, logo recobertas pelas águas.

Em seu estudo em comunidades do sudeste da Índia, mencionado anteriormente, Niewenhuys (1989) chamou a atenção para casos em que o trabalho de mulheres e crianças serve à acumulação capitalista na pesca, direta ou indiretamente, seja por garantir a reprodução “gratuita” do pescador, presente e futuro, seja por produzir renda adicional, dado o baixo ganho do pescador, notadamente do que trabalha para outrem. Fatores ligados à ideologia de sexo e de idade, como destaca a autora, contribuem no sentido de “baratear” o preço de seu trabalho, tido como marginal e de importância apenas secundária.

Com efeito observa-se também em diferentes portos pesqueiros do litoral paraense, casos em que determinados intermediários negociam caranguejos e mexilhões beneficiados e, nesse caso, comumente empregam mulheres. É o que se observa em municípios como Bragança, Marapanim e São Caetano de Odivelas. Em março de 1990, por exemplo, um dos comerciantes de São Caetano de Odivelas estava operando com caranguejo “tirado” (processado), para atender a clientes específicos na capital. Para tal, contratava duas moradoras, que processavam o caranguejo na casa de uma delas, com a ajuda de suas filhas (Maneschky 1993). Esse trabalho envolve diversas etapas, desde a “quebra” do caranguejo, um a um, a escovação das patas para retirar a lama dos pelos, o cozimento, até a separação da carne da casca, tarefa essa muito minuciosa e demorada em razão das inúmeras reentrâncias, nas quais se deve introduzir uma pequena espátula. A remuneração geralmente é feita por quilo beneficiado. Uma saca com 100 caranguejos rende somente 3 a 5 quilos de massa, conforme o tamanho que apresentem, do que resulta uma recompensa financeira muito baixa tendo em vista o volume de trabalho necessário.

As observações realizadas em Ajuruteua e em São Caetano de Odivelas evidenciam, portanto, pontos comuns em relação aos impactos das mudanças recentes do processo produtivo da pesca sobre o papel das mulheres nessa produção. De um lado, houve o refluxo daquelas tarefas que envolviam o conjunto dos membros da família e que precediam a colocação do pescado no mercado. De outro lado, o fato de que há hoje, nas localidades litorâneas, poucas alternativas para que as mulheres possam responder à necessidade de produzir renda complementar diante dos ganhos incertos e, em geral, reduzidos de seus companheiros, especialmente dos que são desprovidos de equipamentos próprios, de modo que recebem apenas “uma parte” do produto, conforme as regras de partilha vigentes na pesca artesanal.

TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES EM BELÉM

Diferentes autores que têm estudado a pesca na Amazônia têm mostrado que um dos resultados das dificuldades vivenciadas pelos pescadores e suas famílias é o êxodo rural, principalmente para a cidade de Belém. Nessa cidade, um ponto importante de concentração de migrantes pescadores é a chamada vila de Icoaraci, na realidade um distrito da região metropolitana de Belém. Aliás, é nessa vila que se localiza a sede da colônia de pescadores do município e, ainda, a maior parte das empresas de pesca do Estado, como dito acima. Esses fatores podem explicar a preferência dos pescadores por esse local de moradia, aos quais pode-se acrescentar, ainda, uma certa facilidade na aquisição de terreno para suas casas, por compra ou ocupação, em relação à cidade de Belém.

Icoaraci é, portanto, um local privilegiado para se levantar junto a essas famílias, dados sobre as modificações na participação feminina na pesca e de seu papel no seio da família. Esse é o objetivo de uma pesquisa em curso nessa área, através de entrevistas no “bairro” de Cubatão, onde se concentram famílias de pescadores. A análise das trajetórias de 17 mulheres, esposas ou filhas de pescadores migrantes, aponta elementos muito interessantes sobre o modo de vida das famílias. Para os objetivos deste artigo, dois aspectos merecem atenção: o rol de atividades que exercem hoje e que exerciam no passado, antes da mudança para a cidade.

Em relação ao passado ressalta, em primeiro lugar, o fato de todas terem começado muito cedo a participar nos trabalhos de manutenção da casa, independente de sua idade atual⁶. Isso implicava não apenas ajudar a mãe no cuidado com os irmãos mais novos e com a casa, como também no plantio de mandioca, na fabricação de farinha e na tiragem de açaí (coleta dos frutos da palmeira *Euterpe oleracea*), cujos frutos destinavam-se ao consumo e ao mercado. Em segundo lugar, destaca-se que a maioria delas “pescava camarão”, utilizando como instrumento o matapi, colocado ao longo das margens de rios, ficando submerso algumas horas⁷. Outro aspecto a sublinhar é a frequência com que teciam redes de pesca para seus familiares, o que é mais um indicador

⁶ A amostra compreende mulheres com idades variando de 20 a 59 anos.

⁷ Matapi - armadilha de forma cilindro-cônica, fabricada de talas, tendo na extremidade mais fina uma tampa por onde se retira o peixe e, na outra extremidade, um dispositivo especial que permite ao peixe o ingresso mas veda-lhe a saída (Miranda 1968:54).

da presença da mulher na pesca, viabilizando a reposição dos instrumentos de trabalho. Em suma, verifica-se a variedade de afazeres que marcaram sua infância, adolescência e o período anterior à chegada em Belém. Tais atividades eram sempre executadas no espaço da casa, não sendo vistas por elas como trabalho. Aliás, freqüentemente a primeira resposta de muitas delas à questão sobre o que faziam antes da migração, é de que “nada faziam”, a despeito do tempo intenso que deviam tomar suas obrigações cotidianas. Isso pode ser lido como uma tradução da rotina e, também, da naturalidade com que se encaravam tais atribuições das meninas e mulheres, indissociadas de seus outros papéis no grupo familiar e, portanto, fora do caráter extraordinário com que o “trabalho” costuma ser visto, ou seja, como atividade realizada fora de casa, para outras pessoas que não a própria família.

Na cidade, obviamente o leque de atividades reduz-se, na medida em que grande parte dos bens de consumo que eram anteriormente produzidos na casa, são agora comprados. Por outro lado, o exercício de atividades remuneradas pelas mulheres, é agora mais freqüente em comparação à época em que viviam no interior.

Dentre os empregos já exercidos pelas entrevistadas na cidade, as opções mais comuns foram o emprego doméstico e em fábricas de beneficiamento de palmito e pescado. Tal situação explica-se em parte pelas limitações do mercado formal de trabalho de Belém, reconhecidamente muito restrito. O emprego doméstico ainda sobressai como uma das principais ocupações femininas⁸. Por outro lado, a trajetória das entrevistadas é um indicador de como as vicissitudes desse limitado mercado de trabalho atingem as mulheres, especialmente as mulheres pobres, reservando-lhes preferencialmente determinados ramos de atividades. Com efeito, nos dois tipos de fábrica mencionados - pescado e palmito -, em que o grau de transformação industrial é mínimo, o nível salarial é geralmente muito baixo, em torno do salário mínimo, a possibilidade de ascensão funcional é pequena e a rotatividade e a sazonalidade no emprego são importantes. Note-se que, em ambos, a mão-de-obra feminina predomina⁹.

⁸ Segundo o Censo de 1991, 38,4% das mulheres ocupadas na região metropolitana de Belém estavam no setor “prestação de serviços”, de longe o principal absorvedor da mão-de-obra feminina. Apenas 20% das mulheres nesse setor estavam contribuindo para instituto de previdência e 26% possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador.

⁹ Para o caso das empresas de pesca em Belém, Mello (1985) apresenta dados sobre o trabalho das operárias.

Pena (1981), em estudo no qual discute diversas abordagens teóricas relativas ao trabalho da mulher, faz uma colocação que lança outras luzes para o entendimento das experiências de trabalho assalariado dessas mulheres, remetendo para fatores que vão além das peculiaridades da economia local. Com efeito, a autora alerta que, sem se fazer a conexão entre a organização da família, como locus no qual se manifestam relações concretas de poder entre os sexos, fica difícil entender a particularidade da mulher como assalariada a baixo preço, sua desqualificação e, por via de conseqüência, sua relação com o "exército de reserva", contribuindo no rebaixamento do salário dos que estão empregados efetivamente na produção capitalista. Como explica a autora,

"as relações de produção, organizadas na família, (...) designam à mulher o cuidado da prole e o desempenho do trabalho doméstico, o que a torna menos envolvida em processos de treinamento que são legitimados pelo mundo da produção social" (Pena 198: 75).

A subordinação feminina torna, pois, a mulher suscetível a aceitar condições menos favoráveis de emprego, como é o caso das oportunidades que se têm colocado para essas migrantes.

Outro dado da experiência atual das entrevistadas merece reflexão, pois indica um tipo de funcionalidade do trabalho da mulher para a acumulação de capital no âmbito da pesca artesanal, tal como está se dando hoje em Belém. Metade das entrevistadas tece redes de pesca, por encomenda, de maneira mais ou menos freqüente, de modo a reforçar o orçamento doméstico. Elas não mais o fazem como no passado, principalmente para seus maridos, pais ou irmãos. Hoje, quando as redes de fio sintético e de grande porte estão acima do poder de compra de muitos pescadores, elas o fazem também para outras pessoas, armadores ou pescadores de mais recursos, que podem ou não ser seus parentes. Pôde-se perceber casos em que o interessado distribuía os tubos de náilon para confecção de uma rede (totalizando por exemplo 200 quilos) em várias casas. A quantidade que cada uma faz varia conforme o tempo de dedicação, a habilidade e experiência e, evidentemente, o tipo de rede, pois quanto menor o tamanho das malhas, maior o tempo necessário.

"Eu consegui essa rede através do sobrinho do meu marido. (...) Antes de eu pegar, eu pensava que era 2 reais por braça, mas agora parece que ele só tá dando 1 real, mas eu vou falar para ele me pagar pelo menos 1,50. Quando meu marido está aqui (no intervalo da pesca) ele me ajuda a tecer. (...) O dono da rede ainda não tem nehum barco e nenhuma rede. Ele está querendo montar um negócio, mas ele só vai comprar os barcos e as redes, ele não vai trabalhar na pesca, como pescador, ele vai administrar o negócio" (R. 23 anos).

Algumas, ainda, consertam rede por encomenda. O pagamento pode ser por dia, ou pelo conserto todo. A determinação do preço a ser pago depende, neste último caso, do estado da rede, sendo necessário ter uma certa prática para avaliá-lo. Assim, uma das entrevistadas havia contratado a reparação de 100 metros de uma rede “de plástico”, que é mais trabalhosa, ao preço total de R\$ 50,00 (fevereiro/95). Todavia, uma semana depois de iniciado o serviço e sem saber ao certo quando terminaria, ela considerava não ter estimado corretamente o preço, em função do alto grau de deterioração daquela rede, do qual ela não se dera conta no momento do contrato.

Quanto ao aprendizado do trabalho com as redes, elas atribuem aos pais, ou aos maridos. No entanto, vale destacar o caso de uma senhora de 59 anos, que se orgulha por ter “*ensinado muito pescador a fazer rede*”.

Sendo um trabalho feito em casa, é valorizado pelas mulheres como uma oportunidade de ajudar nas despesas da casa, especialmente nos momentos em que “*falha o peixe*” e diminui o ganho de seus companheiros, tendo ainda a grande vantagem de poder ser conciliado com suas obrigações domésticas e, especialmente, com a guarda dos filhos. Em contrapartida, não tem nenhuma cobertura social. O pagamento também não é claramente definido, como expressam os depoimentos.

A MULHER ESTÁ SE AFASTANDO DA PESCA?

Ontem, como hoje, as mulheres não estão à frente da produção haliêutica. Elas não fazem parte de tripulações de pesca, salvo nos casos de pescarias com armadilhas fixas (currais), em que elas acompanham seus maridos, de maneira mais ou menos freqüente. De uma maneira geral, permanece o rígido padrão de divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras, que distingue os espaços e atribuições masculinas - a pesca no mar, para obtenção de renda - e femininas - a casa, a produção direta para o consumo ou, no máximo, a atividade remunerada em caráter complementar.

Porém, tal distinção admite variações na prática, que este estudo tentou captar, objetivando justamente explorar em que medida as atribuições das mulheres tiveram e ainda têm uma importância na própria viabilização da categoria de pescadores artesanais que, no Pará, respondem por cerca de 80% do abastecimento do mercado interno em produtos da pesca.

A mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço “público”, atividades diretamente relacionadas com a pesca, ou não.

Ao se ocupar dos filhos, transmitindo-lhes também parte dos conhecimentos naturalistas necessários para o exercício futuro da profissão de pescador, ao manter a casa e, com mais freqüência do que se supõe, tecendo e remendando redes de seu companheiro, a mulher está garantindo condições para que ele possa repor suas energias e retornar todos os dias ao mar. Seu trabalho “gratuito” na reposição dos instrumentos, significa ainda uma das estratégias de acesso dos pescadores à propriedade do material de pesca, que é dispendioso e sujeito a rápido e intenso desgaste, especialmente as redes.

A despeito dessa continuidade no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores, houve também mudanças importantes. Como se viu, antes das estradas, do gelo, dos novos equipamentos e, enfim, antes da fase que Mello (1985) denominou de comercialização intensiva dos produtos do mar, a organização do trabalho era diferente. A pesca representava então um processo amplo de trabalho que ultrapassava, de muito, a simples captura. A família, nessas condições, atuava como uma unidade técnica de produção. Com o refluxo daquelas atividades pré e pós-captura, desapareceu em grande parte o trabalho direto das mulheres na pesca. Os dados de campo mostraram, no entanto, que seu relativo afastamento da pesca não se fez acompanhar de novas alternativas de inserção produtiva.

Em localidades litorâneas do Estado as mulheres, esposas ou filhas de pescadores estão, como visto, procurando formas de renda para contribuir no sustento da família, especialmente quando o peixe escasseia, ou quando os homens da casa ficam em terra reparando os equipamentos e, portanto, sem nada receberem.

Uma das características da pesca artesanal, como se sabe, é justamente seu sistema de remuneração por partes, o que lhe confere a propalada flexibilidade para enfrentar o “aleatório”, reduzindo custos. Nesse sistema, os ganhos do pescador dependem do volume de peixe desembarcado e vendido. Esse volume, por sua vez, é afetado por fatores de ordem natural (as migrações dos cardumes, as mudanças climáticas, as marés etc.) e, também, técnicos e

econômicos (a tecnologia empregada, a capacidade do equipamento, o grau de predação dos recursos marinhos etc.). Como dizem os pescadores, expressando as incertezas e riscos de seu ofício: “a pesca é como um jogo”. Ademais, com a elevação dos preços dos materiais de pesca, há uma visível concentração na propriedade dos meios de produção mais modernos, que se tornam cada vez mais necessários diante da intensificação do esforço de pesca no litoral paraense. A maioria dos pescadores, desprovidos desses meios, atuam como simples tripulantes, recebendo apenas uma “parte” do produto líquido, diversamente do proprietário, que recebe tanto mais partes quanto mais importante é sua unidade produtiva.

As mulheres de pescadores, procurando formas de contribuir no orçamento doméstico, tentam suprir necessidades básicas da família. Nesse sentido, a mulher não estaria se afastando da pesca. Indiretamente, enquanto esposa de pescador, ela continua criando condições para a reprodução social dessa categoria. A seu modo, ela também assume riscos e oscilações da pesca.

Mais recentemente, como visto, a mulher está se apresentando no “mercado”, enquanto trabalhadora e, portanto, atuando em um espaço social que não é o que o modelo tradicional de papéis sexuais designa para ela, isto é, o espaço privado. Seu trabalho serve, assim, diretamente ao capital investido na pesca, que encontra nas comunidades litorâneas uma capacidade de trabalho a baixo preço e disponível para atuar por exemplo, no beneficiamento de mariscos e, no caso da vila de Icoaraci, na confecção de redes, a serviço de pequenos e grandes proprietários na pesca.

É lícito, portanto, falar-se de homens e mulheres na pesca, com atribuições que não são apenas complementares. A complementaridade, que em princípio denotaria interdependência e, portanto, pressuposto para relações simétricas entre os sexos, como acentuou Badinter (1986), é tradicionalmente pensada em termos de ascendência dos papéis masculinos sobre os femininos, tidos como acessórios. Tal modelo ideológico é acentuado sob o capitalismo, na medida em que a noção de trabalho é associada à geração de renda monetária, concebendo-se como secundárias aquelas atividades não pagas, relacionadas ao consumo, como o preparo dos alimentos, sua distribuição e, logicamente, o cuidado com os seres humanos. Afinal, o consumo é a condição fundamental que viabiliza a transmutação das mercadorias em dinheiro e a conseqüente acumulação de capital.

Os dados etnográficos aqui apresentados mostram que as atividades das mulheres constituem algo de estruturalmente importante no sistema produtivo da pesca e não um mero complemento. Isso não significa absolutamente que elas desempenhem tais atividades em condições favoráveis em termos de tempo, de renda, de qualificação profissional, de acesso a direitos sociais e de combinação entre trabalho e tarefas domésticas. Seu papel na manutenção doméstica, como se procurou mostrar, reflete as mudanças que estão atingindo a pesca no mar e as crescentes dificuldades dos homens pescadores em assegurar sua sobrevivência e a de suas famílias.

Penso que analisar a história social das comunidades pesqueiras pela ótica dos gêneros é também importante, tendo em vista a necessidade de tornar mais visíveis os espaços e atribuições das mulheres na pesca e sua articulação com os espaços e funções dos homens. Como os movimentos de pescadores no Brasil estão colocando, reconhecer essa articulação e incluir tal dimensão na formulação das políticas de fomento à pesca artesanal, constitui um requisito fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável das populações pesqueiras do país e desta região em particular.

AGRADECIMENTOS

A Fátima Faro Lopes e, em especial, a Marineide Pereira de Almeida, bolsistas de Iniciação Científica do Programa PIPES (UFPA), pela colaboração no trabalho de campo em Icoaraci. Esta última elaborou seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática do papel da mulher na pesca, tendo aplicado grande parte das entrevistas nessa localidade. Agradeço, também, à colega Profa. Maria Angélica Motta Maués, pela crítica à primeira versão deste texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E.F. 1991. *Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha dos Lençóis-MA*. Brasília, UNB/Departamento de Antropologia, 188p. Tese de mestrado.
- ALENCAR, E.F. 1993. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W. & MELLO, A.F. *Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. p. 63-82.
- ALVARES, M.L.M. 1994. Educação e (in)submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 213-226.

- BADINTER, E. 1986. *L'un est l'autre*. Paris, Odile Jacob, 382 p.
- FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família, numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia, p. 35-78 (*Cadernos de debate*, 6).
- FIRTH, R. 1984. Roles of women and men in a sea fishing economy: Tikopia compared with Kelantan. In: GUNDA, B. (ed.). *The fishing culture of the world*. Budapest, Akadémiai Kiadó, p.1145-1170.
- FURTADO, L. & NASCIMENTO, I. H. 1982. Pescadores-de-linha do litoral paraense; uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antrop.* Belém, 82:1-49.
- FURTADO, L. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá; pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 364 p.
- FURTADO, L. 1990. *Status de la femme dans les sociétés de pêcheurs artisans: un récit d'une expérience en Amazonie*. Paris, CNR/CETMA. Séminaire Les fonctions des femmes dans les sociétés de pêcheurs. não publicado.
- GEISTDOERFER, A. 1987. Les travailleuses de la mer (Atlantique Nord). *De la voute céleste au terroir: du jardin au foyer*. Paris, Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales. p.249-265.
- LOUREIRO, V. R. 1985. *Os parceiros do mar; natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 1985. 227p.
- MALDONADO, S.C., 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo, Atica. 77p.
- MANESCHY, M.C. 1993. *Pêcheurs du litoral de l'Etat du Pará, nord du Brésil; systèmes techniques et sociaux d'exploitation des ressources marines*. Université de Toulouse-Le Mirail, 411 p. Tese de Doutorado.
- MANESCHY, M.C. 1994. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, M.A. & SILVEIRA, I.M. (orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 251-258.
- MAUÊS, M.A.M. 1993. *"Trabalhadeiras" e "camarados"; um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores*. Belém, Universidade Federal do Pará/Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- MAUÊS, M.A.M. 1994. Quando chega essa visita. In: D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi.
- MAUÊS, R.H. & MAUÊS, M.A.M. 1979. *Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista*. Reunião do Grupo Agricultura na Amazônia, 4. Comunicação. Porto Velho, PIPSA, 16p.
- MELLO, A.F. 1985. *A pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, UFPA, 296 p.
- MIRANDA, V.C. 1968. *Glossário paraense*. Belém, UFPA.

- MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES. 1994. *Pescando e lutando*, 2(2). São Luis, MONAPE.
- NAYAK, N. & QUIST, C. 1994. *Rapport final du Programme Les Femmes dans la Pêche* (jan. 1993 - mar.1994). Madras, 33p. inédito.
- NIEWENHUY, O. 1989. Invisible nets; women and children in Kerala's fishing. *MAST*, 2(2):174-94.
- OLIVEIRA, N.M. 1995. *Rainha das águas, dona do mangue*. SEMINÁRIO DE PESQUISA MULHER, RELAÇÕES DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE. Comunicação. Belém, UFPA/ Deptº de Sociologia, jan. inédito.
- PENA, M.V. 1981. *Mulheres e trabalhadoras; presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 226p.
- SILVEIRA, I.M. 1979. *Quatipuru. Agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. 82p.
- VERÍSSIMO, J. 1970. *A pesca na Amazônia*. Belém, Universidade Federal do Pará. (Coleção Amazônia, sér. José Verissimo).
- VIANA, D. 1994. *O cotidiano da mulher em Camará*. Belém, Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFPA. inédito.
- WESLEY, M.H. 1995. *O impacto das transformações ecológico-sociais nos grupos domésticos do Pontal da Barra*. SEMINÁRIO DE PESQUISA MULHER, RELAÇÕES DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE. Comunicação. Belém, UFPA/Deptº de Sociologia, jan. inédito.
- WOORTMAN, E.F. 1992. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. *Rev. Bras. Ciênc. Soc.* 7(18).

Recebido em: 06.06.95

Aprovado em: 16.11.95